

economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

FÓRUM DAS MUDANÇAS

Dengue: a epidemia anunciada

Em agosto último, o JE publicou matéria denunciando o remanejamento de recursos da saúde e da segurança para publicidade e propaganda. Alertava que a transferência de R\$ 1,25 milhão poderia causar prejuízos à população, face ao risco da dengue. O risco não só se confirmou como, mesmo assim, constata-se que o governo municipal não aplicou todos os recursos que dispunha para o Projeto de Erradicação do Aedes aegypti.

Página

7

Estrangeiros não investem em energia

Anunciada pelo governo FHC como fonte de modernização e atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, a privatização do setor elétrico não apresentou nenhum dos resultados apregoados. Muito pelo contrário, o país e a sociedade viveram um racionamento do consumo de energia exatamente porque os investimentos não foram feitos, nem pelo próprio governo, muito menos pelo setor privado. Os professores Maurício Tolmasquim, da Coppe/UFRJ, e Steve Thomas, da Universidade de Greenwich, da Inglaterra, revelam os motivos pelos quais esses investimentos não estão sendo feitos.

Página

3



Mais de 60 mil pessoas estiveram em Porto Alegre, entre 31 de janeiro e cinco de fevereiro, participando do II Fórum Social Mundial. O JE traz, nesta edição, uma cobertura especial do Fórum e uma entrevista com a economista indiana Jayati Ghosh, da Universidade de Nehru, em Nova Délí, que esteve no FSM mas, antes, participou, no Rio, do primeiro seminário *Ideas*, rede internacional que busca reunir e debater propostas alternativas ao neoliberalismo. Defensora do controle dos fluxos de capitais, ela crê ser possível quebrar a corrente neoliberal se cada país e governo decidirem-se por um tipo de desenvolvimento que priorize a utilização de recursos próprios, sem a exagerada ênfase dada hoje à atração de capitais externos.

Páginas 8, 9 e 10

Comissão da Dívida depende de Aécio Neves

Está nas mãos do presidente da Câmara Federal, Aécio Neves (PSDB-MG), a decisão para criar uma Comissão Mista, no Congresso, que irá analisar a dívida externa brasileira. A proposta foi

apresentada em outubro passado pelo deputado Hélio Costa (PMDB-MG) e depende apenas do presidente da Câmara dar seu voto favorável à instalação. É o que revela Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, do Unafisco de Minas Gerais, que participou do Tribunal da Dívida, durante o II FSM.

Página 11

EDITORIAL

FÓRUM DE ALTERNATIVAS

O II Fórum Social Mundial deu evidências mais do que suficientes da força dos pensamentos e das iniciativas antineoliberais, que se expressam e se organizam nos mais diversos rincões do planeta.

É crescente o questionamento ao pensamento único e à ortodoxia neoliberal, que têm levado a uma crescente marginalização e miséria de vastas camadas da população mundial, em benefício de uma minoria concentrada nos países ricos e nas elites das demais nações, cujos governos têm sido subservientes a esta hegemonia que há duas décadas inferniza e infelicitiza a vida de milhões de cidadãos por todo o mundo.

Este número do JE, o primeiro de 2002, está focado na cobertura do FSM, buscando a

diversidade dos debates e preocupações que passaram esta segunda edição do Fórum. Uma decisão de grande importância neste último FSM, foi a de realizar fóruns regionais na Palestina, área conflagrada pela violência desmedida e sangüinária do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, e em Nepal, na Ásia, de forma a facilitar a participação desses povos no processo mundial de questionamento ao neoliberalismo e de busca por caminhos alternativos para o desenvolvimento independente e soberano das nações.

Se não em seu todo, esperamos pelo menos em parte ter atingido esse alvo, de trazer aos leitores uma cobertura qualificada deste evento, que reuniu mais de 60 mil pessoas, de cerca de 170 nações. Uma boa leitura a todos. ■

MULTA NÃO ISENTA BANCO DO BRASIL

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon/RJ) enviou ao Banco do Brasil ofício, no qual informa a esta instituição que o pagamento da multa aplicada pelo não envio das informações solicitadas pela Secretaria de Fiscalização e Registro não o isenta de prestar os esclarecimentos pedidos.

No caso, é solicitado ao BB a relação nominal dos profissionais que atuam como econo-

mistas. Se não for atendido, implicará em nova multa, neste caso, em dobro por ser reincidente.

O Conselho aguarda que o BB cumpra a solicitação, pertinente à sua atuação fiscalizadora, como vêm fazendo diversas outras instituições. Não é desejo do Corecon-RJ a aplicação de multas, mas, sim, o cumprimento de suas atividades de fiscalização sobre o exercício legal da profissão de economista. ■

CARTAS

• Mudanças do JE

O Corecon-RJ recebeu carta do Conselheiro Maurício Azedo, do Tribunal de Contas do município do Rio de Janeiro, cumprimentando os responsáveis pelo JE pela mudança realizada em seu projeto editorial, sem perda da qualidade dos textos.

• JE esquerdista

Acusamos o recebimento da carta do economista Adauto Machado Correia, de Barra Mansa, em que critica os conceitos emitidos pela professora Maria da Conceição Tavares, no artigo *Irresponsabilidade Cambial e Fiscal*, publicado no JE de novembro.

Entre outras críticas, Adauto Machado Correia defende que "o endividamento externo, no Brasil, não é só consequência da política cambial do governo. É, principalmente, reflexo do consumo maior do que a produção". Mais adiante afirma: "Com tristeza, vejo que o jornal da minha categoria profissional (...) só dá espaço para divulgação de idéias 'esquerdistas', ou melhor, comunistas, que a nada levam e constroem".

Nota do Editor - O JE está aberto à participação de todos os profissionais e a sua pauta é decidida em reuniões do Conselho Editorial. O leitor que desejar contribuir com o jornal pode buscar contato através da Secretaria Institucional, no tel. 21-2232-5939.

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Laszles, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Megalhões, Maria José Cyhlar Paulo Sérgio Souto e Renildo Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telef. 2232-8178 - e-mail: coreconrj@altamex.com.br - homepage: http://www.economistas.com.br

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cassio Lorendino • Projeto gráfico: André Lipmann, José Mira e Marcelo Paes • Edição gráfica: André Lipmann • Fotoarte e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade Mensal - As maiores novidades por colaboração são publicadas, necessariamente, a pedido dos criadores - É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconrj@altamex.com.br
Homepage: http://www.economistas.com.br

Presidente: Ronaldo Reamy Rangel • Vice-presidente: Sidney Pascounto da Rocha • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Pappim Buzonovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Laszles, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardoso, Eduardo Carnos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diriz, Julio Flavio Magaya, Luiz Mano Behrken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sarcia Maria Carvalho de Souza

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mano Behrken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Calado, Carlos Tibirica Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadoli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@altamex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Enilson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassidato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordero de Carvalho Junior, Nelson Victor Lo Coog, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Pires de Figueiredo

ENERGIA ELÉTRICA Mauricio Tiomno Tolmasquim*/Steve Thomas**

COMO VIABILIZAR OS INVESTIMENTOS?

Sem ter garantido o retorno financeiro desejado, os investidores estrangeiros não vêm motivo para investir e resolver o problema de escassez na geração de energia

A população brasileira deve ter ficado aturdida com a crise de energia. Há seis anos, quando a privatização e a reforma do setor elétrico tiveram início, o governo disse que elas resolveriam os problemas da área. Longe de resolvê-los, a falta de investimentos que se seguiu conduziu o Brasil à maior escassez de energia elétrica das últimas décadas e a uma escalada nos preços, sem precedentes.

Para entender a origem da crise, é necessário se perguntar por que as empresas internacionais de geração, nas quais o Brasil estava confiando os novos investimentos, deveriam investir no país? No antigo modelo monopolista da indústria elétrica, seja estatal ou privado, a resposta era simplesmente a necessidade de ampliar a capacidade de produção existente. Se existia a necessidade de nova geração, de forma a garantir uma oferta confiável de eletricidade, as empresas concessionárias de serviço público tinham a obrigação de provê-la. Como retorno por cumprir suas obrigações, as empresas tinham garantido um nível razoável de lucratividade.

Ora, em um mercado competitivo, seja elétrico ou de qualquer outro bem, os critérios para os investimentos são a lucratividade esperada e a avaliação do risco envolvido. Os acionistas das empresas da França, Espanha ou EUA, compreensivelmente, não têm razão para investir e resolver a falta de energia brasileira, se eles não obtiverem o retorno financeiro desejado. Em um mercado livre, ninguém pode ser forçado a investir.

É claro que, para a maioria dos produtos normais, a escassez é um ótimo indicador de que podem ser obtidos lucros. Mas a eletricidade não é um produto normal. Para a maioria dos produtos, os consumidores podem manter estoques que venham a ser utilizados para suavizar os períodos de preços altos, ou,

um produto diferente pode frequentemente ser utilizado como substituto. Por exemplo, se a carne bovina estiver faltando, pode-se comer peixe. Bens podem frequentemente ser importados, se a produção nacional não for suficiente. Nenhuma dessas condições vale para o caso da eletricidade.

O modelo inglês

É verdade que na Grã Bretanha, país no qual a reforma brasileira se inspirou, a privatização, em 1990, foi seguida por uma massiva onda de investimentos novos. Contudo, esses investimentos não foram decorrência de um mercado competitivo.

Ocorridos no período 1990/92, eles foram, sim, reflexo de uma expectativa, por parte dos investidores, de bons lucros com baixo risco.

Dois grupos de empresas encomendaram plantas: as duas grandes de geração privatizadas e as 12 de distribuição, também privatizadas. Para as empresas geradoras, como elas constituíam efetivamente um duopólio, a lucratividade e o risco não eram uma preocupação principal. Elas tinham total controle sobre os preços no mercado e podiam efetivamente passar os custos desses novos investimentos para os consumidores.

Para as empresas distribuidoras, as razões eram quase a imagem refletida das duas empresas geradoras. Elas não tinham, naquele momento, nenhuma escolha a não ser comprar a sua energia do duopólio. Assim, elas estavam, justificadamente, temerosas de que estas duas empresas utilizassem seus poderes de mercado para forçar um aumento nos preços que elas teriam que pagar. Como, sobre o novo sistema, elas eram autorizadas a comprar até 15% da energia que necessitavam de

suas próprias plantas, rapidamente encomendaram usinas até o limite estipulado. Dado que elas estavam vendendo energia para os seus próprios consumidores e que, naquele momento, metade do mercado ainda era cativo, a lucratividade estava garantida e os riscos pareciam baixos.

Na realidade, em apenas quatro ou cinco anos esses investimentos, aparentemente, sem risco do duopólio e das empresas distribuidoras, se mostraram um desastre econômico porque as empresas não tinham identificado os riscos reais. Em 1990, o preço do gás parecia que não baixaria mais, de tal forma que as usinas ficaram confiantes o suficiente para comprar gás através de contratos de 15 anos de duração, do tipo "take or pay" - teriam de comprar o gás, havendo uso ou não para ele.

O preço do gás sofreu um colapso, em 1995, caindo para apenas metade do preço anterior. Melhorias tecnológicas nas usinas termelétricas reduziram os custos de construção em 30% e diminuíram a quantidade de gás necessária para gerar 1 kw/h de eletricidade em 20%. Enquanto isto, o preço do carvão, naquele momento ainda um importante competidor do gás, continuou a cair de forma significativa. Longe de serem as usinas mais baratas do mercado, as novas plantas a gás natural tornaram-se as mais caras e seus proprietários tiveram de lançar como perdas, em seus balanços, bilhões de dólares em custos de investimentos desperdiçados e na compra de gás dos contratos antieconômicos.

A situação confortável que as empresas vislumbravam como decorrência de suas posições especiais no mercado se mostrou falsa, assim como as suas projeções sobre o preço do gás. O regulador do setor elétrico finalmente perdeu a paciência em ter de regular

um regime, no qual o mercado atacadista de energia era rígido. Ele forçou o duopólio a vender plantas e a perder partes do mercado. Elas não podiam mais controlar o preço do mercado de energia elétrica.

No que diz respeito às empresas distribuidoras, a proteção sofreu um colapso quando finalmente ficou claro que os planos de permitir os pequenos consumidores (50% do mercado) escolherem a distribuidora era mais do que uma simples ameaça. Em 1998, não existiam mais consumidores cativos para bancar as decisões de investimento ruins. Este é um aspecto positivo de permitir os pequenos consumidores escolherem seus fornecedores. Existem vários aspectos negativos, mas isto é uma outra história.

Comédia de erros

A primeira lição, de especial relevância para a situação brasileira, é que esta onda de investimentos ocorreu não por necessidade, ou devido à existência do mercado. Ela foi possível somente devido às falhas de mercado e ao fato de a geração ser suprida por um duopólio, com os consumidores cativos tendo de bancar o risco do investimento. Foi motivada pelas necessidades estratégicas das empresas, e não dos consumidores.

A falta de investimentos no Brasil não é um mistério. Eles foram restringidos nas empresas estatais, devido ao acordo com o FMI, e o setor privado considerou que os riscos eram muito grandes e o lucro muito baixo

A segunda lição que pode ser retirada de toda esta comédia de erros é que investimentos em usinas elétricas continuam sendo um negócio bastante arriscado.

Investimentos em novas plantas são custosos, cerca de R\$ 1 bilhão. Eles levam pelo menos três a quatro anos, do início do planejamento até a entrada em operação, e precisam de uma década ou mais para pagar o custo do investimento.

Portanto, o fato de o Brasil estar passando por um período de escassez de energia não vai influenciar os potenciais investidores. No momento em que eles conseguirem dar a resposta, a falta de energia poderá já ter desaparecido e, mesmo que uma usina venha a dar lucros por um ou dois anos, se elas vierem a ser postas para fora do mercado por plantas mais baratas os investidores irão perder dinheiro.

No caso brasileiro, um problema adicional advém da base de recursos para a geração de eletricidade, que é provida por grandes usinas hidrelétricas. Ao contrário das usinas a carvão, petróleo ou gás, o seu custo de operação é praticamente nulo. Desta maneira, as térmicas têm um papel importante em complementar o sistema hídrico, mas não em competir com ele. No caso de uma eventual competição, veríamos, no período seco, como este ano, o mercado aceitando contente a produção das novas plantas a gás natural e pagando um bom preço por ela. Contudo, em um ano úmido, as usinas hidrelétricas ganhariam das plantas a gás, no mercado atacadista. Existiria pouca demanda pela produção das usinas a gás e o preço pago pela eletricidade seria baixo. Em resumo, construir plantas a gás seria como fazer uma aposta baseada no clima para a próxima década. Três anos seguidos de chuvas e os proprietários iriam à falência.

Em face disto, a falta de investimentos no Brasil não é um mistério. Eles foram

restringidos nas empresas estatais, devido ao acordo com o FMI, e o setor privado considerou que os riscos eram muito grandes e o lucro muito baixo. O governo reconheceu isto, com o seu Programa Emergencial de Termelétricas (PPT). Nele, o empresário tem o preço da matéria prima subsidiado, através de um mix entre o preço do gás natural nacional (mais barato) e o importado; financiamento do BNDES para a compra dos equipamentos; garantia de compra da energia produzida; condição de repassar para o consumidor o elevado custo da geração termelétrica (duas vezes superior ao valor da energia comprada hoje pelas distribuidoras) e garantia de receita constante em dólares, já que a Petrobrás bancará o risco cambial.

As térmicas que serão implantadas hoje não correm o risco de serem colocadas para fora do mercado, pelas usinas hidrelétricas de energia mais barata, porque têm um mercado garantido através do PPT. Em compensação, caso não se tome nenhuma medida, estaremos em poucos anos, quando os reservatórios voltarem a ficar cheios, vertendo água nas usinas hidrelétricas e consumindo gás natural importado nas termelétricas, como consequência do compromisso de consumirmos toda a energia produzida pelas termelétricas, independentemente de ser necessária ou não.

O PPT pode resolver o problema de curto prazo e até ser a solução menos ruim de oferta no momento. Mas se é desta maneira que os investimentos ocorrerão no futuro, os consumidores estariam, indiscutivelmente, melhores sobre o antigo regime de empresas concessionárias de serviço público, as quais tinham a obrigação de servir aos consumidores, e não aos acionistas de um outro continente. ■

Este texto sintetiza e consolida dois artigos publicados pelos autores na Folha de São Paulo e na Gazeta Mercantil.

* Professor do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ

**Professor da University of Greenwich (Grã Bretanha).

ESPORTES

FUTEBOL NO PAÍS DA BOLA NÃO É NEGÓCIO

O esporte das multidões foi tema de debate promovido pelas entidades de economia do Rio de Janeiro

O futebol brasileiro tem saída? É possível imaginar a economia do entretenimento funcionando para o futebol, particularmente, após a Comissão Parlamentar de Inquérito ter desvendado todos os esquemas de lavagem e desvio de dinheiro? O que impede o negócio 'futebol' ser viável no país do futebol? Os problemas são somente os cartolas ou não?

Estas foram algumas das questões levantadas no debate "Economia e futebol: o lance imperfeito", promovido pelas entidades de economia do Rio - Corecon, IERJ e Sindecon - e realizado no final do ano passado na Livraria Contra Capa, com a participação de especialistas, pesquisadores e profissionais de economia e marketing.

Para a economista e consultora Elena Landau, por exemplo, que trabalhou junto com Bebeto de Freitas na reorganização do Atlético Mineiro, o futebol precisa, com urgência, definir a responsabilidade pela sua organização. "O futebol é um patrimônio público. Alguém tem que tomar conta. Quem?", indagou.

Já o consultor de marketing José Roberto Pentecado ressaltou a importância das marcas do futebol brasileiro, cuja promoção e divulgação são praticamente gratuitas. "Toda a mídia faz a divulgação, de graça, do futebol, sem esconder a marca do produto. O clube não precisa fazer anúncio", assinalou.

A pesquisadora Isabela Pereira, do IBGE e da Coppe/UFRJ, está trabalhando na recapitulação do futebol no Brasil. Ela revelou que, no país, a receita com o futebol equivale a 1% do que este esporte movimentava em termos de negócios em todo o mundo. Ou seja, algo em torno de US\$ 2,5 bilhões, para um giro mundial de US\$ 250 bilhões. "Isto para um futebol tetracampeão e que teve Pelé", observou.

Para o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Fábio Sá Earp, a solução dos proble-

mas que hoje agonizam o futebol brasileiro passa pela organização de fundos de coleta de recursos financeiros, semelhante ao esquema usado por instituições como a Legião da Boa Vontade, que coletou dinheiro através das contas de luz. "Vamos fazer uma conta: se 200 mil torcedores pelo Brasil inteiro toparem pagar uma arquibancada por mês para o Vasco isto dá R\$ 2 milhões e cobre a folha", calculou.

Mudar o poder

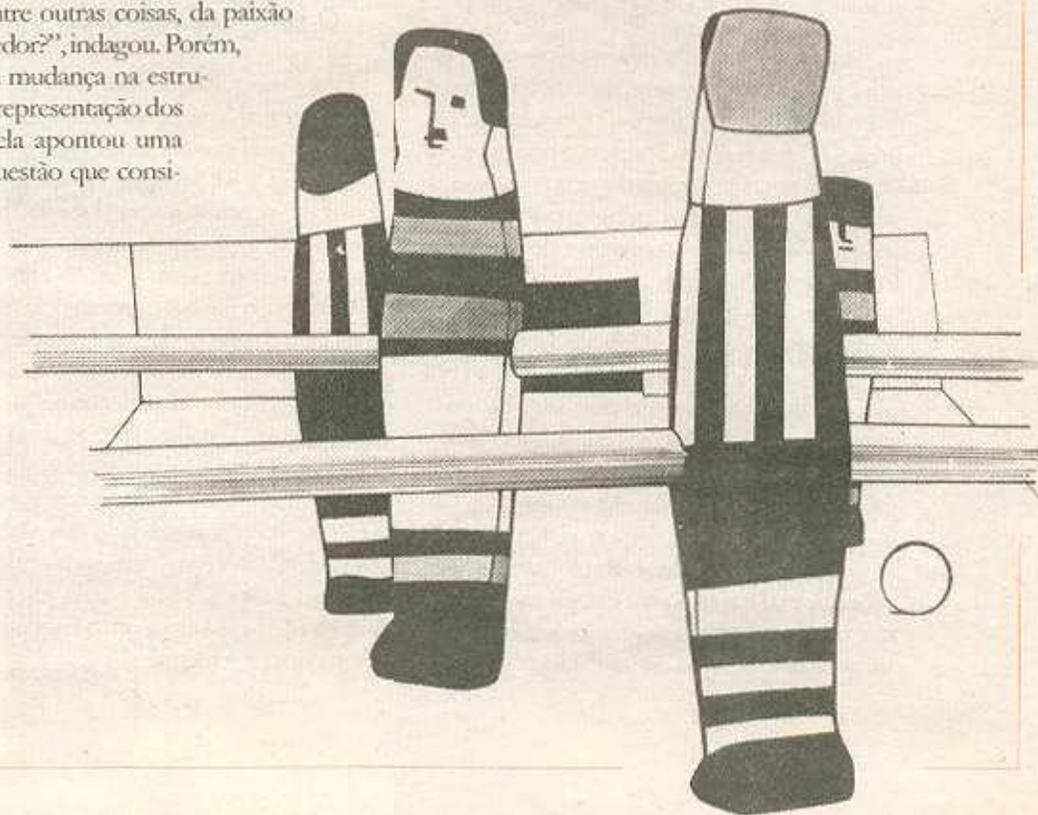
Alterar a estrutura de representação do futebol brasileiro é fundamental, do ponto de vista da economista Elena Landau. "A estrutura reproduz a política de cabresto, sendo que no futebol ela ocorre em grandes centros urbanos", disse.

"A segunda questão é a importância do futebol para o brasileiro, as marcas dos clubes. Quanto vale uma marca destas que vêm, entre outras coisas, da paixão do torcedor?", indagou. Porém, além da mudança na estrutura de representação dos clubes ela apontou uma outra questão que consi-

dera tão fundamental quanto a anterior: a organização e a profissionalização das administrações do futebol brasileiro.

"Houve uma mania, quando saiu a primeira Lei Pelé, de que toda solução seria o futebol-empresa, que iria dar certo. Mas o futebol-empresa não vai dar certo porque com ele se soluciona, talvez, o problema dos 20 maiores clubes do Brasil. O resto não tem investidor para eles. Então, a profissionalização tem que ser geral. Quando digo profissionalização é mudança dos estatutos dos clubes, que são arcaicos e mantêm toda uma distribuição política dos cargos e das funções. O que se faz hoje, nos clubes, é pegar a receita e detonar no primeiro ano. Não se pensa em termos de orçamento", analisou.

São práticas que se entronizaram no futebol brasileiro e, mesmo com a chegada de



grandes investidores estrangeiros, não foram alteradas. A própria Elena Landau dá sua avaliação sobre o que ocorreu com os dois principais clubes do Rio, que tiveram aportes importantes de recursos e mesmo assim não resolveram seus problemas. Pelo contrário.

“O grande erro que os investimentos fizeram no Brasil foi o de aceitar um pacto corrupto com os clubes. Não no sentido da corrupção ativa, mas no sentido de administração. A ISI, com o desejo de fazer Flamengo, aceitou qualquer coisa no acordo de acionista com o clube. O mesmo fez o Bank of America com o Vasco, aceitando qualquer coisa. Está errado. Dinheiro é investimento e se ele acaba, não dá em árvore, tem que ser discutido”, afirmou.

Para ela, é necessário definir quem é responsável pela organização do futebol brasileiro. Para que este segmento da economia receba investimentos e para que atraia capital de investidores é necessária uma legislação que coíba os desvios, ao mesmo tempo em que se faz urgente também algum tipo de estrutura institucional que atue como uma espécie de agente fiscalizador.

“E eu serei aqui a última pessoa a defender a intervenção do Estado na economia. Mas alguma questão tem de ser feita. Vai ser preciso uma CVM (Comissão de Valores Mobiliários)? Quem defende os torcedores? Quem defende este patrimônio cultural e público?”, indagou Elena Landau.

Falta Governo

Mas o problema da desorganização do futebol e de sua forma representativa será uma questão exclusiva ao futebol? Ou será que exprime, no futebol, uma presença que também ocorre em outros setores da vida social e econômica do país? Estes pontos, por exemplo, foram levantados pelo consultor de marketing José Roberto Penteado.

“Uma coisa que me pergunto é até que ponto o futebol brasileiro difere de outras coisas brasileiras. Até que ponto esta centralização, este uso da instituição, dos fins pessoais, das vaidades, do tratamento da coisa pública, é exclusivo ao futebol?”, perguntou, acrescentando, ele próprio, pistas para uma possível resposta.

“Quando a gente olha o tratamento das empresas brasileiras diante da globalização percebe que está havendo um grande saque. Acho que o país está sendo saqueado, loteado e não vai sobrar nada. Vejo empresas multinacionais

comprando empresas brasileiras, antigas marcas tradicionais, fechando estas empresas, acabando com as marcas para substituir pelas suas marcas internacionais. Este comportamento predatório começou com a exploração do Pau Brasil e não sei se é um fenômeno restrito ao futebol”, afirmou.

Se grandes e tradicionais marcas vão desaparecendo ante o processo de entrada do capital externo na economia, o que dizer do futebol, dono de grandes marcas que, porém, nunca se consolidaram enquanto tais. José Roberto Penteado observou que, do ponto de vista da fórmula mais corriqueira do marketing – a que mostra que toda grande marca é aquela que reúne quatro ingredientes: produto, preço, distribuição e promoção – o futebol brasileiro tem tudo para acontecer e se tornar um grande negócio: tem marcas, preços para diferentes demandas, distribui-se pelo país inteiro, com estádios, e é praticamente promovido pela mídia, de graça e sem esconder a marca.

“Volto a dizer: o problema é do futebol ou é do Brasil? A revista Business Week fez o último levantamento sobre as 100 maiores marcas do mundo e nenhuma delas é brasileira”, assinalou, acrescentando: “O que, na verdade, estou dizendo é angustiante. De um lado temos previsões de que este mercado está explodindo. Porém, quem está dando as cartas não somos nós, mais uma vez, e, sim, os países desenvolvidos”.

O giro financeiro da bola

Esta observação de José Roberto Penteado está respaldada pela informação trazida ao debate pela pesquisadora Isabela Pereira, da Coppe/UFRJ. Segundo ela apurou, o futebol movimenta no mundo US\$ 250 bilhões, anualmente. O Brasil responde por apenas 1% deste volume, com US\$ 2,5 bilhões.

“Ou seja, o futebol é um negócio no mundo todo, mas não no Brasil. E esse é o grande desafio: como transformar o futebol em negócio?”, apontou a pesquisadora. Um exemplo muito citado é o da Inglaterra, que, nos anos 80, passou por uma grande crise em seu futebol, envolvendo desde as brigas dos torcedores à fragilidade dos clubes, todos endividados e sem capacidade de administração própria. Houve uma intervenção conjunta do Legislativo com o Executivo para empreender a reforma.

“Lá havia uma história parecida com a nossa, com estádios vazios e tudo. Mas havia um projeto nacional e eles resolveram esse problema. O governo brasileiro ainda não percebeu o potencial estratégico do futebol. Temos que descobrir o nosso modelo. O Brasil é um país diferente, não tem mercado para todo mundo. Para se ter uma idéia, no Brasil são 500 e tantos clubes, quando na Itália são cento e poucos e, na Inglaterra, 92. Mais cedo ou mais tarde essa situação vai mudar”, aposta Isabela Pereira, lembrando não só o processo de depuração que parece estar em curso no futebol como um fato muito importante para a compreensão mais geral da questão: “trabalhamos em uma área onde não há governo”, observou.

Para o economista Fábio Sá Earp, da UFRJ, o que explica a estrutura do futebol brasileiro é um clássico da literatura brasileira – o livro “Coronelismo, enxada e voto”, de Vitor Nunes Leal, de 1949. “Tirem a enxada e botem a bola que está perfeito”, assinalou. Mantendo o humor, ele defende uma saída que define como antropológica, sem esconder as cores do seu time.

“Se não podemos ir pelo lado do negócio, vamos ser antropólogo: olhar pelo recorte da dádiva. A única salvação do Vasco, por exemplo, é passar o chapéu”, defendeu, lembrando que a maioria dos clubes vive antecipando receitas, isto é, gastando hoje com o dinheiro do amanhã.

“A única saída é ter público pagando para ver o seu time”, disse, lançando sua provocação: assim como a LBV arrecadou recursos pedindo dinheiro aos consumidores através das contas de luz, os clubes também podem fazer o mesmo. Com isso, Sá Earp tenta resolver o problema da falta de fonte de recursos e ao mesmo tempo das dívidas que praticamente todos os clubes têm, seja com os governos (impostos e tributos), com a Previdência ou com os próprios jogadores.

“O que precisa é de alguém que administre este negócio e que publique, de dois em dois meses, um balanço com o que entrou e o que saiu. Pensei em algo como um fundo, ligado a cada clube e alimentado por doações da torcida, com metade do dinheiro sendo usada para pagar salário e a outra para pagar o passivo trabalhista, deixando que o clube se vire para pagar os demais compromissos de outra forma”, defendeu.

Resta saber se há vontade política dos agentes envolvidos na jogada – particularmente, os clubes, seus cartolas e os governos – em investir nessas mudanças. ■

EPIDEMIA DE DENGUE Equipe do Fórum Popular de Orçamento do Corecon-RJ

O DESCASO COM A SAÚDE DOS CARIOCAS

O risco de uma epidemia da dengue foi alertado pelo JE na edição de agosto de 2001, e chamava a atenção para as possíveis conseqüências do remanejamento de verbas da saúde para a propaganda

Devido à situação crítica do município do Rio, frente à epidemia de dengue, pesquisamos como foi a execução dos programas municipais referentes ao combate desta doença, no ano de 2001. Encontramos o Projeto de Erradicação do *Aedes aegypti*, de responsabilidade da Comlurb, órgão ligado diretamente ao gabinete do prefeito.

Terminado o exercício de 2001, a análise da execução do orçamento do município do Rio de Janeiro mostra a realização de 93,9% das receitas previstas e a liquidação de 76,7% das despesas previstas. Devido a esta política de contenção de despesas efetuada pelo atual prefeito, o Projeto de Erradicação do *Aedes aegypti* foi parcialmente executado, tendo sido liquidado apenas R\$ 5,975 milhões dos R\$ 7,896 milhões inicialmente previstos.

Porém, o que mais intriga é que o município terminou o ano com um superávit orçamentário de R\$ 998 milhões e com disponibilidade de caixa de R\$ 1,793 bilhão e, mesmo assim, tivemos contenção de gastos no programa acima referido, apesar de todo o aviso dado às autoridades, de que teríamos



...mosquitos e, principalmente, a altas temperaturas do inverno, podem provocar uma epidemia autossustentada. Esta opinião também é partilhada pelo ex-secretário de saúde, Sérgio Arouca. O risco de uma epidemia, de acordo com especialistas, será maior no ano que vem, pois chegou à cidade o vírus do tipo 3, da doença, que é novo e, portanto, toda população está suscetível a contraí-lo.

uma epidemia de dengue e que este ano ela seria ainda pior, devido à chegada de um novo tipo de vírus. Independentemente de quem seja a culpa pela epidemia de dengue no Rio de Janeiro, se de responsabilidade do governo federal, estadual ou municipal, cabe-nos alertar a respeito deste fato, que mesmo com disponibilidade financeira de sobra, o programa de combate ao mosquito da dengue, de alçada municipal, sofreu contenção de despesas.

Programas de Combate à Dengue
Projeto de Erradicação do *Aedes Aegypti* (em R\$)

Ano	Dotação Inicial	Total Remanejado	Saldo Dotação	Liquidado	% liquidado
1999	4.970.000,00	0	4.970.000,00	3.405.184,03	68,5%
2000	9.500.000,00	(110.000,00)	9.390.000,00	7.881.246,62	83,9%
2001	7.896.000,00	0	7.896.000,00	5.957.264,00	75,4%

Fonte: FINCON

Detalhamento do Programa (PAT2001): 1151.13764304.530
Projeto de Erradicação do *Aedes Aegypti* - Programa SMS/MS

Objetivos	Metas	Ações
Coordenar e operacionalizar as ações técnicas e de infraestrutura para erradicação do <i>Aedes Aegyptis</i> (...).	Instalação de 24 Postos de Controle de Vetores.	Manter e melhorar as atividades desenvolvidas para a erradicação do mosquito transmissor da Dengue no Município do Rio (...).

Fonte: Plano Anual de Trabalho de 2001.

ENTREVISTA Jayati Ghosh

CONTROLAR O FLUXO DE CAPITAL E CRESCER COM AS REFORMAS

É possível distribuir renda e reduzir pobreza, rompendo com a tendência atual

A economista Jayati Ghosh, da Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Délhi, na Índia, esteve no Brasil, participando do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Antes, ela participou no Rio do Seminário "Novas ideias sobre o desenvolvimento econômico: crescimento e distribuição da renda sob a globalização financeira", que contou com a participação de economistas, cientistas sociais e pesquisadores do Brasil, México, Argentina, Chile, Índia, Turquia, Malásia, Senegal, Canadá e EUA.

O encontro foi o primeiro promovido pela rede *Ideas – International Development Economics Associates*, e que teve o apoio do Instituto de Economia da UFRJ. A rede foi criada em meados do ano passado, com sede em Nova Délhi, na Índia. "Na verdade, a nossa sede é muito mais virtual", disse ao JE Jayati Ghosh, uma das principais dirigentes da nova rede, cujo objetivo é divulgar ideias e propostas que estejam fora do ponto de vista neoliberal.

Financiada com recursos do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social, da ONU, e da Fundação Ford, a *Ideas* almeja reunir "os muitos economistas espalhados pelos países em desenvolvimento, cujos trabalhos e ideias são mais interessantes e relevantes para o processo de desenvolvimento do que os que saem do Banco Mundial", disse a economista, ouvida pelo JE, na entrevista que contou com a participação do professor Franklin Serrano, do Instituto de Economia da UFRJ. Quem desejar mais informações sobre a rede, o endereço na internet é: www.networkideas.org.

Jornal dos Economistas – É possível distribuir renda e reduzir pobreza sob esta globalização financeira que só concentra renda e poder?

Jayati Ghosh – Não é possível fazer nada disso se seguirmos a tendência atual de regular a conta de capitais e fazer qualquer coisa para atrair os fluxos de capitais especulativos, somente para seguir a moda. Mas será possível se os países controlarem os fluxos de capitais e tentarem crescer a partir de

seus próprios recursos internos, até porque esses fluxos não são absolutamente necessários.

JE – Mas o pensamento hegemônico é exatamente pela liberalização de capitais...

JG – A razão pela qual eles acham que se têm que liberalizar os fluxos de capitais seria porque mais capital produtivo seria atraído para os países em desenvolvimento e isto aumentaria o investimento. Mas, a experiência dos anos 90 mostra que os países que fizeram isto não atraíram mais capital produtivo e nem isto levou ao aumento da taxa de investimento. Na década de 90, considerando tanto as entradas de capital, na primeira parte da década, quanto as saídas, na segunda, nos principais países em desenvolvimento, tanto na Ásia quanto na América Latina, para esses países o total de fluxo líquido de capital foi menor do que na década de 70. Se fizer um outro cálculo, deduzindo desses fluxos de capitais os pagamentos de rendas enviadas ao exterior (juros, dividendos, royalties e etc.), o total líquido é menor até do que na década de 80. Muito dessa liberalização dos fluxos de capitais acabou tendo por efeito uma transferência líquida de recursos dos países em desenvolvimento para os países ricos e não o oposto.

JE – E como é possível quebrar esta corrente?

JG – Não é tão difícil. Cada país tem que regular e controlar os fluxos de capital, tem que haver regras para o tipo e a quantidade de capital, sobre que tipo de capital entra e para onde vai e sob quais condições pode ser retirado. Não é verdade que com esta regulação os capitais não cheguem porque o país que mais atraiu capital na década de 90 foi a China, que é exatamente quem impõe mais controle e mais regulamentação sobre os fluxos de capitais.

JE – A experiência neoliberal tem trazido graves problemas aqui na América Latina. Na Índia, como está sendo vivida a experiência esta hegemonia?

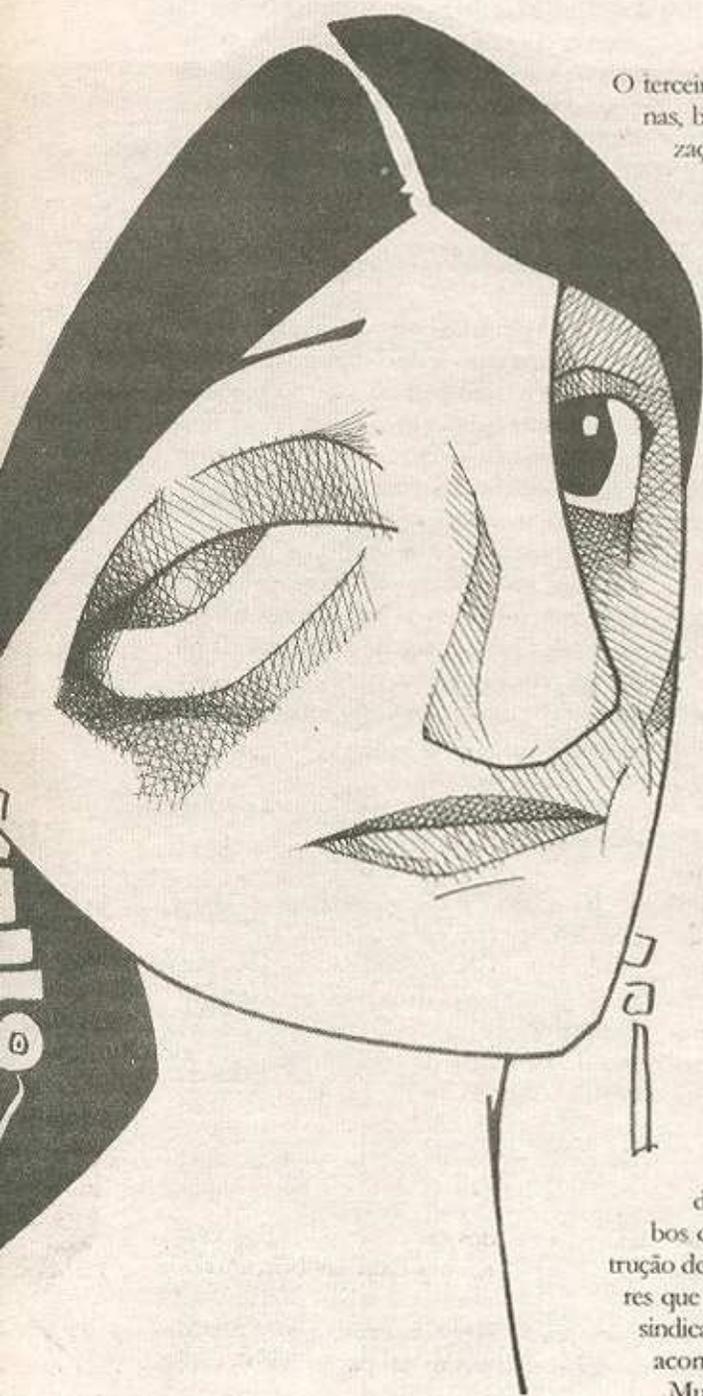
JG – O que é paradoxal é que na Índia, atualmente, os neoliberais dizem que o Brasil é um bom exemplo para ser seguido, uma economia que vai indo muito bem e que fez todas as reformas que devia. Na Índia, embora tenham tentado essas reformas, não foram longe o suficiente e, portanto, os resultados ainda não são tão ruins. A Índia não liberalizou completamente a conta de capitais e, além disso, não foi escolhida como recipiente da enorme massa do capital especulativo, o que foi bom. Mas a Índia já fez uma grande liberalização comercial e fizemos todas as coisas estúpidas a respeito de controles e responsabilidades fiscais. Como resultado, as taxas de crescimento do setor produtivo da Índia, em geral, estão caindo. A taxa de crescimento do emprego, na década de 90, foi a mais baixa desde a independência, em 1947.

JE – Como a sociedade indiana responde a este processo?

JG – O importante a assinalar é que não são apenas pressões externas que levam à liberalização. Existem grandes interesses dentro da Índia que se beneficiam bastante com essas mudanças. Em particular, existem três grupos. O primeiro é uma nova burguesia ligada a atividades comerciais e de intermediação e, em alguns casos, à corrupção e a indústrias regionais, que estão se beneficiando muito com as mudanças porque elas quebram o monopólio dos grandes grupos de capital anteriores. Existe também um novo grupo, que se beneficia muito do capital financeiro, e que atualmente tem um peso político grande, bem maior do que o econômico.



FLUXO DE CAPITAIS E PRÓPRIAS PERNAS



O terceiro grupo são as classes médias urbanas, beneficiadas diretamente pela liberalização de duas maneiras: uma é que quase todas as famílias de classe média, na Índia, têm pelo menos um parente morando no exterior. Essas pessoas acabam sofrendo um enorme efeito demonstração porque querem ter o mesmo cartão de crédito internacional, o mesmo carro, usar a mesma marca de xampu, etc. Esse grupo põe uma força muito grande por trás da liberalização. A outra questão importante para a classe média é que ela foi beneficiada em termos de emprego, pelo crescimento da área de bancos e serviços financeiros e também da área de tecnologia da informação. Portanto, agora está surgindo na Índia um grupo de 100 milhões de pessoas, dentro de um bilhão, que não quer mais ser parte da Índia. Quer ser parte do mundo e esquecer os 900 milhões que estão ali em volta.

JE – *Este modelo de vida, individualista e altamente consumista, tem sido cada vez mais questionado, como, por exemplo, no Fórum Social Mundial. Como isto repercute na Índia?*

JG – Há vários grupos na Índia que questionam este padrão de desenvolvimento. Por exemplo, tribos que perderam suas terras para construção de hidrelétricas, grupos de trabalhadores que não eram organizados e montaram sindicatos e, do meu ponto de vista, um acontecimento como o Fórum Social Mundial é muito importante porque

mostra que em outros lugares do mundo os problemas são os mesmos, têm pessoas lutando pela mesma coisa. Na realidade, o principal aspecto de uma iniciativa como o Fórum é fortalecer esta luta doméstica porque, em nível geopolítico e internacional, um Fórum deste tipo não chega a ser uma ameaça aos poderes constituídos, mas é uma importantíssima fonte de força e solidariedade e que ajuda muito as organizações em cada país onde a luta é feita.

JE – *Em seu trabalho apresentado no Seminário é dito que o modelo de exportação tem levado à geração de emprego, embora bem abaixo das expectativas. As únicas exceções seriam Brasil, Argentina e África do Sul. A que atribuir essas exceções?*

JG – Mesmo nas economias mais bem sucedidas em termos de exportações no Terceiro Mundo, como a Malásia, Tailândia, Indonésia, o emprego industrial cresceu muito pouco. Há motivos para isto, como o fato deste aumento das exportações ter vindo junto com a liberação das importações. Então, houve aumento de emprego no setor exportador, mas ele foi reduzido nos setores que competiam com importações. Outro fato é que este processo de globalização tem causado uma grande concentração e centralização do capital: as pequenas empresas não sobrevivem ou são compradas ou há fusões e aquisições em grande parte do investimento direto estrangeiro, que se transformam em unidades cada vez maiores e geram cada vez menos empregos. O terceiro motivo é o processo de competição intercapitalista internacional, que se acirra e leva a uma pressão cada vez maior para inovações que reduzam custos e que acabam reduzindo a mão-de-obra. Finalmente, existe também um outro motivo: em quase todos os países os governos estão fazendo políticas de contração, reduzindo serviços sociais e uma série de atividades do setor público, em nome da modernização e da globalização, o que tem um enorme impacto sobre o emprego.

JE – *A globalização vendeu a idéia de modernidade e o que se vê hoje é quebra de grandes corporações como a Enron. A que atribuir essas quedas? Sinais da recessão mundial?*

JG – A recessão global já estava aí, antes da Enron falir. Mas ela é um ótimo exemplo do tipo deste capitalismo, vem da década de 90, que é baseado em uma bolha. Existem três sentidos nesta falência da Enron. Primeiro, o tipo de produto que ela vendia, que em vez de ser basicamente energia era derivativo de energia, uma série de serviços que ninguém sabia que era produto, antigamente, e muito menos que se poderia vender por um preço. O segundo é a agressividade da Enron em relação aos países em desenvolvimento, onde ela penetrou em condições muito favoráveis e sempre obtidas através de um forte lobby junto aos governos locais. Na Índia, por exemplo, ela entrou para gerar energia na cidade de Maharashtra e conseguiu que o governo local garantisse a ela uma taxa de retorno de 16% do seu capital. Evidentemente, eles inflacionaram os custos. Ou seja, o retorno era muito maior do que 16%. Além disso, no acordo, passaram a vender eletricidade a um preço cinco vezes maior do que a empresa que fornecia antes o serviço. O acordo, inclusive, tinha uma cláusula pela qual o governo era obrigado a comprar eletricidade da Enron, mesmo quando não estivesse precisando. É inviável! Não poderia funcionar e não funcionou.

JE – *E o que aconteceu?*

JG – Em meados do ano passado, o governo estadual parou de pagar. Até porque para pagar tudo o que havia acordado, o orçamento inteiro teria que ir para a Enron. Logo, o governo não teve alternativa. A usina foi fechada e continua lá, até hoje, só que desligada. Uma terceira característica da Enron, que é muito típica do capitalismo dos anos 90, é o fortíssimo uso de influência no governo. Esse capitalismo de compadres é muito forte nos EUA e é outra grande exportação americana para vários países em desenvolvimento. Não é apenas pelo fato de a Enron ser uma empresa muito próxima da família Bush, nos EUA. No caso da Índia, esses contratos que ela conseguiu foram resultados de extensiva corrupção de muitos membros do governo local.

JE – *Quais os indicadores da conclusão de já estarmos em uma recessão mundial?*

JG – Nos últimos quatro anos, praticamente só os EUA e a China, das economias maiores, tiveram taxas de crescimento razoavelmente elevadas. Os principais países ricos tiveram taxas muito baixas e vários deles, negativas. No último ano, até a economia americana desacelerou e, de fato, a sua taxa ficou negativa nos dois últimos trimestres. A taxa de crescimento do comércio mundial, na segunda metade dos anos 90, é a metade do que era na primeira metade da década. Em termos de valor, a taxa de crescimento, tanto do comércio industrial quanto dos produtos agrícolas, em 1998, 1999 e até metade de 2000, teve crescimento negativo. São indicadores da economia mundial, que estão piores do que os do início da década de 1930. O motivo para isto é que, em todo o mundo, a supremacia dos interesses do capital financeiro criou uma pressão muito grande para políticas altamente deflacionárias, em todos os países, com exceção dos EUA. Mas no período mais recente, mesmo o boom de consumo da economia americana perdeu o fôlego.

JE – *Esta recessão é o esgotamento do modelo neoliberal? O que está em foco nesta recessão atual?*

JG – Para ser honesta, é importante admitir que o capitalismo tem uma incrível capacidade de se reinventar. No passado, previmos muitas vezes, até demais, o fim do capitalismo. E ele sempre voltou. Não sei o que vai acontecer, mas uma coisa é possível dizer: países individualmente podem sair da recessão, se pararem com essa obsessão, baseada no capitalismo financeiro e na economia neoliberal, de que nada pode ser feito. Um outro fator importante para países como Brasil e Índia é que períodos de desaceleração do comércio e da economia internacional são frequentemente favoráveis ao crescimento autônomo do mercado interno desses países. Isso é uma coisa que vários de nós aprendemos com os trabalhos de economistas brasileiros. Mas é importante enfatizar a lição de que essa situação cria a oportunidade de um crescimento mais autônomo para esses países.

JE – *A China, neste contexto, é vista como uma alternativa à hegemonia neoliberal?*

JG – Em primeiro lugar, é difícil compreender a entrada da China na Organização Mun-

dial do Comércio (OMC). O que parece claro é que a China só sobreviverá se não fizer tudo o que se comprometeu a fazer, ao entrar na OMC. Até agora, ela conseguiu exportar muito e gerar emprego, porque foi possível manter esse crescimento das exportações e ao mesmo tempo proteger o mercado interno. Porém, na OMC ela está prometendo abrir mão da parte de proteção do mercado interno. Eles também prometeram reformar as empresas de controle estatal, o que, se acontecer, praticamente vai desempregar metade dos trabalhadores urbanos da região norte da China. O governo diz que será possível criar 100 milhões de empregos, só na área têxtil, a partir da entrada na OMC, o que compensaria todos os empregos que fossem perdidos. Mas para isso acontecer, todos os outros países do mundo vão ter que parar com sua produção têxtil.

JE – *Mas como os indianos vêem a China?*

JG – O primeiro ponto é que a Índia sempre teve uma espécie de complexo de inferioridade em relação à China. Não só porque a Índia sempre quis ser uma potência e a China é uma potência muito maior, mas também porque todos os experimentos de reforma social foram maiores e mais bem sucedidos do que os nossos. No momento, as pequenas empresas no setor manufatureiro indiano já estão sofrendo com as importações baratas vindas da China. A atitude dominante da Índia, em relação à China, por esses motivos, é uma atitude muito tensa, a gente não fica muito confortável com a China.

JE – *Ela não pode cumprir algum papel para deter o avanço dos EUA na Ásia?*

JG – Isso é o que a gente espera. Mas é bom lembrar que, em geral, os eixos têm sido EUA/Índia, China/Paquistão, o que complica. Mas o papel mais positivo que a China poderá ter é dentro da OMC, no que chamo de os temas de Cingapura dentro da OMC: o acordo multilateral de investimentos, políticas de concorrências e de encomendas públicas e facilitação do comércio internacional. A China pode ter um papel importante para barrar o excesso de demanda por liberalização dos países desenvolvidos em cima dos em desenvolvimento. Além disso, em termos de agricultura e segurança alimentar, os interesses da China são muito próximos aos da Índia. ■

DÍVIDA EXTERNA Maria Lucia Fattorelli Carneiro*

INDEPENDÊNCIA VERSUS ESCRAVIDÃO

O país sangra. Com eleições pela frente e quadro internacional grave, precisamos estar conscientes do risco que corremos se não mudarmos de rumo

A violência, tal qual a miséria, a indigência, o desemprego, a fome, a favelização, o analfabetismo, dentre outros graves e inaceitáveis problemas, decorrem da absoluta falta de investimento público. Essa verdade está expressa na peça orçamentária federal e na da maioria dos estados e municípios. É flagrante o comprometimento de recursos com o pagamento do serviço da dívida financeira, enquanto se pratica o verdadeiro "calote" das dívidas sociais, que têm se agravado a cada ano, apesar dos recórcos de arrecadação.

Orçamento é prioridade

Os orçamentos expressam a vontade política dos governantes e indicam suas prioridades, de acordo com os recursos destinados a cada pasta. Não é cumprido à risca. Sofre cortes (às vezes, irresponsáveis, como o efetuado pelo Executivo, no orçamento aprovado no Congresso Nacional para 2002, dos recursos destinados ao ministério das Minas e Energia, em plena era do apagão!) e realocações de recursos, mas uma parte é considerada sagrada, principalmente após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal que prioriza, acima de tudo, o pagamento do serviço da dívida, incriminando o administrador que não honrá-la.

Se amamos este país e queremos vê-lo tornar-se a nação que merece, devemos encarar as causas de tanta injustiça: a cruel concentração de renda e, portanto, a desumana distribuição da riqueza; e a dívida pública interna e a externa.

Na abertura do Tribunal da Dívida

realizado durante o II Fórum Social Mundial, o professor Plínio de Arruda Sampaio declarou que "a dívida não é apenas um dos problemas brasileiros; é o problema do Brasil. Sem solucionarmos a questão da dívida, qualquer outra medida será meramente paliativa..."

De fato, ao observarmos a tragédia que acomete a Argentina, verificamos que o agravamento do seu endividamento, aliado ao fiel cumprimento do modelo neoliberal, levou o país a uma crise econômica, política e social sem precedentes, ameaçando seriamente sua soberania.

Custos da estabilização

No Brasil, as ações implementadas para "estabilizar" a moeda e "controlar a inflação" renderam enormes frutos políticos, mas estão custando muito caro à nação. As principais medidas foram: elevação substancial das taxas de juros; abertura indiscriminada dos portos; manutenção do câmbio artificialmente valorizado; redução do papel do Estado na economia - privatizações; e produção de superávits primários.

Todas têm provocado crescimento exponencial da dívida pública, além de prejuízos à indústria nacional e aos trabalhadores. É importante ressaltar que são recomendadas pelo FMI, mas inversas às aplicadas nos países de seus dirigentes. Outros fatores ainda influenciaram o crescimento da dívida pública: saneamento das empresas públicas antes da privatização; assunção de dívidas de estados e municípios; programas de socor-

ro a bancos públicos e privados (Proer I e II).

Hoje, a dívida alcança patamares altíssimos e nosso passivo externo é imenso. A situação é dramática. Dependemos de consideráveis volumes de recursos para fechar as contas externas, tendo o órgão de pesquisa e consultoria *Economist Intelligence Unit* emitido, em julho de 2001, relatório afirmando que o Brasil está, ao lado da Argentina e Turquia, "com mais chance de não honrar suas dívidas externas".

Logo após, em 31 de outubro de 2001, relatório do Banco Mundial registrou a possibilidade de o Brasil ter de renegociar a sua dívida externa, a exemplo da Argentina. Segundo técnicos do Bird, "os atentados terroristas reduziram ainda mais as perspectivas de crescimento da economia global e os países que mais sofrerão com os distúrbios do mercado de capitais, na América Latina, são a Argentina e o Brasil, em virtude da elevada dívida externa e dos grandes déficits em conta corrente".

No mesmo 31 de outubro, foi apresentada, na Câmara Federal, proposta de exame da dívida externa brasileira, pelo deputado Hélio Costa (PMDB-MG). Para que seja implantada a Comissão que realizará os trabalhos, basta que o presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG), aprove a proposta, que está fundamentada na Constituição Federal de 1988 - artigo 26, das Disposições Transitórias, até hoje não cumprido.

Em 1989, foi formada a Comissão

Mista, no Congresso Nacional, mas a auditoria não chegou a ser realizada. O relator, senador Severo Gomes, questionou aspectos jurídicos e legais dos acordos, merecendo destaque a constatação de cláusulas abusivas, como a de "renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania". Disse ele:

"Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação. (...) Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerte e imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores (...) Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da história política do País. Nunca encontrei (...), em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos."

Omissão do Congresso

O Relatório Final dessa Comissão, de autoria do deputado Luiz Salomão (então, PDT/RJ), ressaltou que é factível a redução da dívida externa, deduzindo-se do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente, avaliado em simulações feitas pelo Banco Central, que variavam de US\$ 34 a US\$ 62 bilhões. Propôs também a retomada das investigações e dos processos judiciais para recuperação das perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos, responsabilização penal dos envolvidos internamente e dos cúmplices externos e a repatriação das divisas evadidas clandestinamente.

De acordo com o deputado, "manobras impediram que o relatório fosse vo-

tado na Comissão Mista (...). Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso (...). Os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."

E continuam omissos até hoje, enquanto a nação paga caro – com vidas – o elevadíssimo custo de uma dívida, no mínimo, duvidosa. Sim, pois o próprio Banco Central anunciou, em setembro de 2001, a existência de um "erro" de US\$ 32,7 bilhões no valor da dívida externa. A imprensa noticiou que "a equipe do BC afirmou que a mudança no cálculo da dívida externa teve como objetivo adaptar os cálculos feitos pelo BC a normas adotadas internacionalmente."

Não sabemos que normas são essas e se elas estão de acordo com a legislação brasileira. Inúmeras dúvidas pairam sobre esse "erro", que pode estar ocultando outro meio de propiciar mais garantias e crescentes ganhos ao capital internacional que, depois de muito bem remunerado como empréstimo, na iminência de algum risco, se reveste da forma de investimento direto, garante altos lucros e vai embora quando bem entender. Esse fato serviu pelo menos para comprovar que existe erro significativo em nossa dívida e que a sua auditoria será um ato de respeito ao povo brasileiro.

É por isso que a proposta pendente da aprovação do deputado Aécio Neves se apresenta como uma **chance imperdível**, pois será a oportunidade para se resgatar tudo o que foi levantado pela Comissão Mista de 1989, bem como pela Comissão Especial de 1987, cujo relator foi o então senador Fernando Henrique Cardoso.

Em seu relatório, FHC ressaltou que "...a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores (...)" e ainda que "... um quarto da dívida externa brasileira refere-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país."

Todos esses fatos e questionamentos graves, lesivos à nossa soberania e à nossa dignidade, ficaram restritos ao dis-

curso. Enquanto o Congresso Nacional se omite, várias entidades iniciaram, em abril de 2001, a Auditoria Cidadã da Dívida, respaldada no voto de mais de 6 milhões de brasileiros que participaram do Plebiscito realizado pela Campanha Jubileu Sul, em 2000, e votaram **não** à continuidade do pagamento da dívida externa, sem a realização da auditoria prevista na Constituição.

Já resgatamos os importantes relatórios acima mencionados e descobrimos que a auditoria não é uma idéia nova: em 1931, Getúlio Vargas determinou que seu ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, procedesse a uma auditoria, tendo constatado que apenas 40% dos contratos encontravam-se documentados; os valores reais das remessas eram ignorados e não havia contabilidade regular da dívida externa!

Lutamos pela Auditoria Cidadã, pois compreendemos o quanto a dívida impede o desenvolvimento e os destinos do país. O que está em jogo é a nossa verdadeira independência, até hoje não conquistada, pois somos prisioneiros e reféns dessa dívida que nos massacra. A dependência econômica crescente compromete a nossa soberania e faz do Brasil uma verdadeira Colônia.

Precisamos despertar, enquanto é tempo, e procurar saber onde está todo o dinheiro que foi emprestado pelo FMI e demais credores estrangeiros, bem como apurar quantas vezes já quitamos nossas dívidas. Isso só será possível se cada cidadão pressionar seu representante, no Congresso Nacional, para que o deputado Aécio Neves determine a imediata instalação da Comissão que realizará os trabalhos de auditoria.

Ou fazemos nossa parte e tomamos alguma providência, ou nos tornaremos coniventes com essa matança de inocentes em nosso país, intimamente relacionada com a perversa política econômica que tudo destina para essa dívida. ■

* Presidente da Delegacia Sindical de Belo Horizonte do Unafisco Sindical



LAVAGEM DE DINHEIRO Ceci Juruá*

PARAÍÇOS FISCAIS

SEMINÁRIO INCONCLUSO

Situados em locais de extraterritorialidade, servem às transnacionais e aos bancos globais e é difícil legislar sobre eles

A dificuldade de realizar um debate sobre tema candente percebeu-se imediatamente na composição das mesas responsáveis pelos dois dias de seminário sobre "A face suja do planeta: criminalidade financeira e a nova (des) ordem global", organizado por GUE/NGL/ Grupo Parlamento Europeu, Federação Internacional Terra dos Homens, e CGIL Emilia-Romagna, para o II FSM (dias 3 e 4 de fevereiro último). A maioria dos nomes anunciados não esteve presente e os temas abordados pelos participantes variaram bastante.

Falou-se da importância do respeito à Carta da ONU sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem; do protecionismo dos países centrais que impede o aumento de exportações agrícolas por parte das economias emergentes; e da necessidade de reforçar as pressões políticas e internacionais a favor do direito de quebra de patentes, sempre que estas se colocarem contra o exercício dos direitos humanos fundamentais, não só civis e políticos, mas também econômicos e sociais.

Nesse assunto, prevaleceu a tese de que o comércio e o mercado devem subordinar-se aos direitos humanos, indivisíveis, contrariamente ao que vem sendo defendido pelas agências multilaterais de financiamento e de regulação internacional. Foi enfatizado também que o Brasil, por meio da ação do Congresso e da Justiça, conseguiu cassar um número maior de deputados do que a Justiça italiana.

Observou-se a dificuldade de com-

partibilizar o exercício dos direitos humanos com o neoliberalismo e a coincidência entre o bárbaro golpe de Estado chileno, em 11 de setembro de 1973, e o início da desarticulação dos Estados-providência (Welfare State).

Na análise econômica da globalização, a ênfase recaiu na barbárie em curso, fruto de o capitalismo encontrar-se em sua fase senil. Os elementos dinâmicos e impulsionadores do progresso, presentes até meados do século XX, estão sendo progressivamente eliminados: o aumento de emprego no setor de bens de capital, o estímulo ao investimento decorrente da crescente capacidade de poupar, uma melhoria generalizada, embora desigual, das condições de vida. O que se observa hoje é que o progresso tecnológico economiza tanto o trabalho quanto o capital, o crescimento econômico é excludente, a poupança dos ricos desvia-se da produção para as aplicações financeiras improdutivas, e as desigualdades aumentam tanto no plano internacional como no interior de cada país.

Não há dúvidas de que a expansão da criminalidade financeira foi absolutamente facilitada pelos mecanismos que colocaram em prática a globalização, a partir da década de 1980: a desintermediação bancária, a desregulação e a mundialização dos mercados de capitais, com destaque para as bolsas de valores e os centros *off shore*, livre abertura e fechamento de empresas sem caracterização correta de responsabilidades, etc. Esses mecanismos foram utilizados com muita eficácia pela criminalidade, paralelamente àqueles

mais tradicionais como o sobre e o subfaturamento no comércio internacional de mercadorias e a abertura de contas numeradas em países do tipo Suíça.

O rentismo e a financeirização

Os EUA foram denunciados como um país de parasitas, que têm a maior dívida do planeta, funcionando como uma bomba de sucção que drena para lá o excedente econômico gerado em âmbito planetário. Até as características de sua fase imperialista foram modificadas, deixando de exportar modernidade, como ocorria no século XIX.

Sua ideologia, disfarçada de democracia, é medíocre e não mais contém elementos de similitude com as aspirações burguesas do tempo das "Lumières", nem são mais prestigiados valores universais do tipo "ordem e progresso". No entanto, é nítida a incompatibilidade entre um regime efetivamente democrático, respeitador da soberania popular, fonte absoluta da legitimidade de um governo, e os métodos atuais de compra de votos, de vinculação de parlamentares com os grupos financeiros e com o narcotráfico em particular.

Ficou no ar a questão: pode-se esperar a emergência de um novo compromisso histórico a partir da constituição da Europa, já unificada econômica e monetariamente?

Mais diretamente vinculados ao tema central dos paraísos fiscais, foram abordados assuntos específicos: a formação das máfias russas, o contrabando, as

ações da justiça italiana e a própria conceituação de "paraíso fiscal".

Em artigo sobre a "Economia dos narcodólares", Pierre Salama explica que o contrabando presta-se à lavagem de narcodólares porque é um mecanismo relativamente barato, comparativamente às outras modalidades de lavagem de dinheiro. Para que ele possa ser utilizado, no entanto, são necessárias a existência de um setor informal importante em atividades de comércio e uma zona franca, como ocorre em Colon, no Panamá.

As organizações criminosas envolvidas compram mercadorias na zona franca, em espécie ou em títulos de crédito, que depois são contrabandeadas para um país onde possam ser vendidas em lojas selecionadas, completando-se assim o ciclo da lavagem.

Calcula-se que o contrabando tenha aumentado muito no Brasil, durante a última década, em decorrência da privatização dos portos, da fragilização do Estado e do desguarnecimento das fronteiras. Existe a convicção de que a Receita Federal, no Brasil, tem sido absolutamente ineficaz na repressão ao contrabando.

O difícil combate aos verdadeiros paraísos fiscais

Para quem detém o poder da lei e da repressão, o tema paraísos fiscais é antigo e conhecido. Segundo pesquisa realizada por membros da Associação Attac-RJ, já em 1981 um procurador e assessor da Receita dos EUA, Richard Gordon, apresentava um relatório à Presidência da República do país, indicando que "pelo menos metade dos recursos enviados anualmente para o exterior por residentes naquele país era encaminhada a paraísos fiscais para fins de evasão fiscal e lavagem de dinheiro".

Impressionado com os próprios resultados que lhe permitiram, inclusive, identificar as grandes transnacionais como clientes privilegiadas de paraísos fiscais, Gordon sinalizou as medidas que deveriam ser tomadas. O denominado "Relatório Gordon" foi engavetado.

É difícil também listar a totalidade de paraísos fiscais, pois ela é atualizada semestralmente e inclui apenas os territórios cujos governantes não se dispõem a colaborar com os órgãos internacionais de combate à criminalidade financeira. A listagem mais atualizada abrange 18 países, dentre os quais Domenica, Egito, Filipinas, Granada, Guatemala, Hungria, Indonésia, Ilhas Cook, Israel, Ilhas Marshall, Líbano, Mianmar, Nauru, Nigéria, Niue, Rússia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Ucrânia (Monitor Mercantil de 01 de fevereiro de 2002).

Existem no entanto outros territórios que abrigam paraísos fiscais, embora organizados como protetorados ou centros *off shore* ao longo da costa leste dos Estados Unidos e ao norte da América do Sul, do Mar da Mancha ao Mediterrâneo, e na costa leste da África.

Clientes desses locais usufruem de grandes vantagens: baixos impostos sobre rendimentos e sobre herança, tarifas bancárias reduzidas ou inexistentes, contas bancárias numeradas, proteção legal da identidade dos titulares de contas bancárias ou dos proprietários e diretores de empresas reais ou fictícias, ausência de controle sobre as operações financeiras e/ou bancárias, presença de zonas francas, depósitos bancários em dólares ou outra moeda-divisa, fragilidade das instituições encarregadas da regulação dos sistemas financeiros e do combate à lavagem de dinheiro e à criminalidade financeira em geral, grande intensidade dos fluxos internacionais de transações financeiras, etc.

Polícia de combate à criminalidade financeira, criada pela OCDE em 1989, o Grupo de Ação Financeira/GAFI adota um ponto de vista pragmático, considerando altamente provável a existência de paraíso fiscal em países que se recusam a colaborar e a prestar as informações necessárias à continuidade das suas investigações sobre lavagem e criminalidade financeira, apoiando-se apenas em sua legislação interna, sem tomar conhecimento das convenções e acordos internacionais.

Uma face até então invisível da globalização financeira

Uma visão ingênua e localizada costumava denominar paraísos fiscais a qualquer país onde houvesse facilidades de sonegação fiscal e concessão de incentivos extremamente generosos, permitindo a não tributação dos rendimentos de capital. Verifica-se, no entanto, que o não recolhimento de tributos devidos representa, hoje, uma infração menor no mundo das altas finanças globalizadas.

Proliferaram, a partir da década de 1970, produtos altamente sofisticados como as empresas de "asset management", a figura jurídica dos "trustes" anglo-saxões, os "guarda-chuvas" constituídos por *holdings*, e os escritórios encarregados de "planejamento tributário".

Mas também se multiplicaram, em anos recentes, atividades particularmente voltadas à barbárie: a disseminação de drogas e entorpecentes, o tráfico de homens e mulheres destinados a tarefas rudes e à prostituição, o comércio de órgãos humanos obtidos de forma criminosa. E ainda uma economia de guerra alimentada por mercenários e por um intenso contrabando de armas, capaz de provocar guerras civis e atos terroristas em qualquer lugar deste planeta!

Enfim, suspeita-se que os paraísos fiscais constituam um vértice do "triângulo perverso da globalização financeira", juntamente com os fundos de pensão e a dívida externa dos países periféricos. Um produto real, efetivo, da globalização financeira, montado por e para a glória e o poder dos países centrais. Um privilégio a mais colocado à disposição das altas finanças globalizadas, com sede ao norte do Trópico de Câncer!

* Coordenadora do Núcleo de Estudos Temáticos do Attac-RJ

FÓRUM POPULAR

O CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO

Discussão trouxe experiências de outros países, com o representante da Finlândia expondo o que chamou de "monarquização" da democracia no mundo

Com o sucesso da experiência dos Fóruns Populares de Orçamentos Estaduais e Regionais, sobretudo os do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, os economistas em seu último Congresso Nacional aprovaram a criação de um fórum de acompanhamento do orçamento da União.

Posteriormente, outras 30 entidades de caráter nacional, movimentos, conselhos de classe, sindicatos e organizações não-governamentais se incorporaram a esta articulação, em um encontro, em novembro passado, em Brasília, uma vez que entendem as políticas públicas de âmbito nacional como as que mais interferem em suas atuações.

Uma das deliberações deste encontro foi a realização do seminário *Controle Social dos Orçamentos Públicos*, no II Fórum Social Mundial, objetivando ampliar e divulgar esta articulação e aproveitar o momento para estabelecer contatos com entidades afins de outros países.

A mesa do primeiro dia, *Ajuste Estrutural e Orçamento Público: Responsabilidade Fiscal e/ou So-*

cial, contou com a participação da dirigente da Unafisco Sindical/Brasil, Maria Lúcia Fattorelli, que discorreu sobre o grave problema do endividamento brasileiro, a necessidade de uma auditoria pública da dívida externa, assim como a falácia da responsabilidade fiscal e a necessária responsabilidade social; do representante do Conselho Nacional de Saúde/Brasil, Elias Jorge, que apresentou os grandes números do orçamento da União, enfocando o crescimento das despesas com juros em contraponto ao decréscimo das despesas de pessoal; da representante do Attac/Brasil, Ceci Jurua, que falou sobre os paraísos fiscais; e de Teivo Taivanem, do Network Institute for Global Democratization, da Finlândia, que apresentou a tese de que as questões econômicas e globais sobrepõem-se às questões políticas e nacionais, respectivamente, neste contexto, numa espécie de "monarquização" da democracia no mundo.

No segundo dia, o tema foi *O Controle Social do Orçamento Público na Superação das Desigualdades Sociais e no Aprofundamento da Democracia*.

A representante do Centro de Análise e Investigação Funcar, do México, Helena Holbauer, apresentou uma pesquisa realizada em cinco países latinos sobre confiabilidade, grau de interferência, democratização e transparência do orçamento, e Roberto Piscitelli, do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, falou sobre a forma em que o orçamento brasileiro é apresentado e a sua utilidade. Paul Getsos, da Community Voices Heard, dos EUA, apresentou os dados e informações sobre o orçamento em seu país, inclusive, a inflexibilidade existente em relação aos gastos com a defesa.

Após os debates de cada dia do seminário, o evento era finalizado com a participação de uma instigante peça de teatro do oprimido: *A Galinha dos Ovos de Ouro Negro* da AEPET – Associação de Engenheiros da Petrobrás e das *Marias do Brasil* encenada por trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. Ambas ajudaram a visualizar o drama brasileiro em relação às privatizações e da dura realidade do mundo do trabalho feminino doméstico.

As matérias desta página são de autoria da Equipe do Fórum de Orçamento Popular do Corecon-RJ, constituída pelos estagiários de economia Paula Mota e Renato Elman, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken. Colaboração de Ruth Espinola Soriano, economista do PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul)

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 Fax.: (21) 2509-8121
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br
As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

GANHADORES DA BOLSA PARA CURSO DO IERJ

O Corecon-RJ distribuiu 10 bolsas para o Curso Preparatório para o Concurso do BNDES, promovido pelo IERJ, aos profissionais inscritos e detentores dos registros mais antigos.

Foram escolhidos por este critério os seguintes economistas: Adriana

Araújo Beringuy; Cláudia Nessi Zonenschain; Djenane Freire Rocha Venturini; Eliane Pereira Cristiano; Leandro Mattos de Medeiros; Maria Neuza dos Santos; Osiris Ricardo Bezerra Marques; Paulo Eduardo Guerra Damico; Santuza Maria Pigmatiro; Wellington Ziotto.

PUBLICAÇÕES

PESQUISA EM ECONOMIA

TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA - Transformando curiosidade em conhecimento

Vários Autores

Coordenação: Dúfio de Ávila Bérrni

Apresentação: Ana Maria Bianchi

Editora: Saraiva (2002) - 424 pág.

Preço: R\$52,00

A obra traz todos os subsídios necessários para o estudo e elaboração de um trabalho acadêmico: explica, por exemplo, como organizar um plano de estudos, escolher o tema, levantar os dados e fazer tabelas, grá-

ficos, amostras, anotações e resenhas bibliográficas. Contempla as recentes mudanças nas normas da ABNT, mostra os padrões para pesquisar e fazer citações de sites e meios eletrônicos. A obra conta ainda com uma inédita relação dos 100 economistas mais importantes da história, 100 sites de pesquisa econômica, 100 fórmulas de estatística e econometria e 100 fórmulas matemáticas fundamentais. ■



MODELO D & Z - O Desafio da Disponibilidade Zero nas Organizações Governamentais

Autor: Marcos de Abreu Basto Lima

Editora: Papel Virtual

(www.papelvirtual.com.br)

Preço: R\$ 20,24, mais despesas de frete de R\$3,00 (direto com a editora)

LANÇAMENTO: dia 14/03/2002

Horário: 18 às 21 horas

Local: Livraria Imperial - Paço

Imperial - Praça XV de Novembro, 48

Centro/RJ

Telefone: (21) 2533-4537

Marcos de Abreu Basto Lima, pós-graduado em Administração Pública, Gestão do Agronegócio e com MBA em Consultoria da Qualidade, é economista da Emater/RJ, formado pelo Instituto Metodista Bennett. Exerce atualmente a chefia da Assessoria de Qualidade, dividindo a coordenação geral do programa Qualidade Rio - PQR, ambos da Secretaria do Estado de Energia da Indústria Naval e do Petróleo do RJ.

A obra objetiva maximizar as estruturas e processos produtivos, valorizando o papel da liderança do profissional e sua adequação a novos métodos e tecnologias, tão importantes para a comunicação e a inovação das organizações, bem como da necessidade de absorção da Qualidade e sua aplicação de maneira constante, através de trabalhos em equipe. Trata-se de um novo conceito em Administração/Gerência Pública com qualidade de forma integrada e sistêmica, buscando operacionalizar as estruturas e processos públicos com recursos humanos minimamente conscientes dos seus papéis, bem como do todo e das partes que os envolvem no seu dia-a-dia profissional, familiar, político e sindical. ■

OUTUBRO



Revista do Instituto de Estudos Socialistas

Vários autores

Editora: IES (2002), 150 pág.

Preço: R\$ 10,00 mais

despesas de postagem

Venda e informações:

abianchi@osite.com.br

Em seu sexto número, a Revista Outubro traz diversos artigos, entre os quais, 'Palestinos sob sítio', de Edward Said; 'Os neocruzados: a guerra no Afeganistão e a nova ordem mundial', de Álvaro Bianchi; 'Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos

públicos', de Eliane Arenas Mora; 'Che Guevara e o trotskismo na América Latina', de Luiz Bernardo Pericás; e 'A Comuna de Paris no Brasil', de Marcelo Badaró Mattos, além de resenhas. Com seus pontos de vista discordantes, Edward Said, que é professor na Universidade de Colúmbia, nos EUA, mostra as consequências da "falsa paz" entre árabes e israelenses, a partir dos acordos de Oslo, assinados por Israel e pela OLP, e entre as conclusões aponta: "Conforme sempre estipulado pelo discurso sionista, a própria existência dos palestinos, não importa quão confinados ou destituídos de poder estejam, constitui uma ameaça racial e religiosa à segurança de Israel". Os interessados na Revista Outubro podem adquiri-la através do correio eletrônico acima. ■

35% de desconto

Aproveite nossos convênios para adquirir livros das Editoras Campus, Cepal, FGV, Paz e Terra, Record

ARTES NO CORECON-RJ

A nova iniciativa do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) será a criação do Espaço Cultural dos Economistas, que deverá ser lançado em fins de abril. A ideia é promover eventos culturais reunindo os economistas artistas, seja através de fotografia, da música, das artes plásticas ou da literatura.

Nos próximos dias, o Conselho estará disponibilizando em sua página na internet um espaço para que cada economista dê a sua opinião e escolha a modalidade artística de que gostaria de participar. Na próxima edição do JE, estaremos divulgando as novidades e a data de inauguração deste novo espaço de encontro social e artístico dos profissionais de economia. ■